

Um eldorado fora de época: a exploração dos recursos naturais no Amapá.

Carlo Romani

Professor Visitante de História Geral na
Universidade Federal do Ceará, UFC. caromani@ig.com.br

Resumo: Este artigo tem como objetivo fazer uma reflexão sobre como a chegada de uma nova fase da expansão capitalista mundial, o imperialismo dos países europeus, provocou a desestabilização de uma área de fronteira entre o Brasil e a França, que ainda permanecia fora da regulação jurídica institucional sob controle de um estado nacional por mais de duzentos anos. O desejo de acumulação – a expansão pela expansão – como a definiu Cecil Rhodes, levaram, a partir do ano de 1884, à constituição de várias expedições, aparentemente de caráter científico, mas que, de fato, eram empresas, algumas financiadas com recursos de Estado e outras com recursos privados, criadas para a prospecção e exploração de recursos naturais na atual região do Amapá.

Palavras chaves: Contestado franco-brasileiro; imperialismo; exploração comercial

Abstract: This paper studies the beginning of the European imperialism, and tries to understand how that new expansion of capitalism caused perturbations on the French Guyana and Brazilian boarding. That land had belonged without institutional mechanics of regulation under state control for more than 200 years until 1900. The bourgeoisie wish of accumulation – “expanding by the expanding” – has Cecil Rhodes has defined it, created the conditions to the organization of several expeditions after 1884, a kind of scientist expeditions on the surface, but, trade enterprises on really. Someone financed by national state sources and others by privates sources, these expeditions had the mission to prospect and explore natural resources of nowadays Brazilian Amapá region’s.

Keywords: French-Brazilian boarding; imperialism; trade exploration

*« J'appelle l'Amazonie une nation parce que,
d'abord, je vois dans cette vallée gigantesque,
enserré par la convexité centrale des Andes,
les hauts plateaux de la Guyane et ceux du Brésil,
le grand golfe de l'Amazone dans l'Atlantique,
un royaume géographique distinct. »*

Henri Coudreau

Este artigo tem como objetivo fazer uma reflexão sobre como a chegada de uma nova fase da expansão capitalista mundial, o imperialismo dos países europeus, provocou a desestabilização de uma área de fronteira entre o Brasil e a França, que ainda permanecia fora da regulação jurídica institucional sob controle de um estado nacional. O desejo de acumulação – a expansão pela expansão – como a definiu Cecil Rhodes, levaram, a partir do ano de 1884, à constituição de várias expedições, aparentemente de caráter científico, mas que, de fato, eram empresas, algumas financiadas com recursos de Estado e outras com recursos privados, criadas para a prospecção e exploração de recursos naturais na atual região do Amapá.

O espaço em questão era chamado de Território Contestado franco-brasileiro, uma extensa porção de terras sem soberania definida. Com a expansão imperialista, tornou-se espaço privilegiado para observar como se produziram os contatos entre pesquisadores-exploradores, industriais e comerciantes empreendedores e a população habitante do território. Espaço privilegiado, pois, com a ausência do poder coercitivo do Estado, também se estabeleceram na região um sem número de migrantes escapando, em sua maioria, da violência da escravidão, de revoltas separatistas como a Cabanagem, ou, ainda, da exploração econômica no Caribe, e de várias sortes de violência enfrentada pelas gentes pobres de todos os lugares. Ali, na ausência de governo, os habitantes fizeram seu próprio governo. Desta forma, foi confrontando uma população livre de coerções que se deu a tentativa de ocupação capitalista da região, protagonizada, principalmente por indivíduos e capitais de origem francesa e inglesa, mas também, por alguns escassos aventureiros de origem brasileira, subsidiados ou impelidos pelo estado nacional.

Este artigo utilizou-se, principalmente, de fontes sobre o território contestado encontradas no Centre des Archives D’Outre-Mér, em Aix en Provence, na França. Esse arquivo guarda grande parte das fontes ultramarinas francesas do período colonial, especialmente das colônias mantidas nos séculos XIX e XX. Essa documentação foi confrontada com fontes anteriormente pesquisadas no Arquivo Público do Estado do Pará e na Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, ambos em Belém.

Breve histórico dos antecedentes coloniais

Ao norte do rio grafado nas cartas náuticas como sendo o de Vicente Pinzón, mas que homens e mulheres habitantes da mata continuaram a chamar de Oiapoque, navegadores normandos fundaram no ano de 1635 a vila de Caiena, entreposto comercial que se consolidou como o porto colonial francês mais meridional da América. O Reino da França montou uma empresa mercantil, a “Companhia do Cabo do Norte”, exclusivamente com o objetivo de explorar comercialmente a costa das Guianas. Pelo nome genérico de Guianas ficaram conhecidas, também, todas as demais terras existentes desde o delta do rio Orenoco até o braço norte do rio Amazonas: Guiana Inglesa, Holandesa, Francesa e até Brasileira. Durante muito tempo, o Reino de Portugal e depois, o Império do Brasil continuaram chamando a atual região do norte do estado do Amapá de Guiana Brasileira¹.

A antiga empreitada gaulesa de ganhar a entrada do rio Amazonas tomaria novo fôlego durante o governo ultramarino do ambicioso Marquês De Feroles, ou Pierre de Ferrolle. O nobre enviado por Luís XIV incentivava os mercadores a serviço de seu país convidando-os a navegar e negociar nessa região descolonizada pelos europeus. Valia-se da boa vizinhança e hospitalidade dos nativos com quem mercavam “*madeiras e especiarias como cravo, cacau e urucum*”². Bancava-lhes a defesa com a garantia armada da esquadra francesa sediada em Caiena. Para as tribos de origem *Aruaque*, maioria no Cabo Norte, a possibilidade de não serem incomodadas em seus costumes e crenças era o fator preponderante que as separava ou aproximava dos estrangeiros europeus. A França dividida entre o catolicismo e o calvinismo, pelo menos entre seus grupos comerciais burgueses, dedicou-se aqui, na porção equinocial de seu reinado,

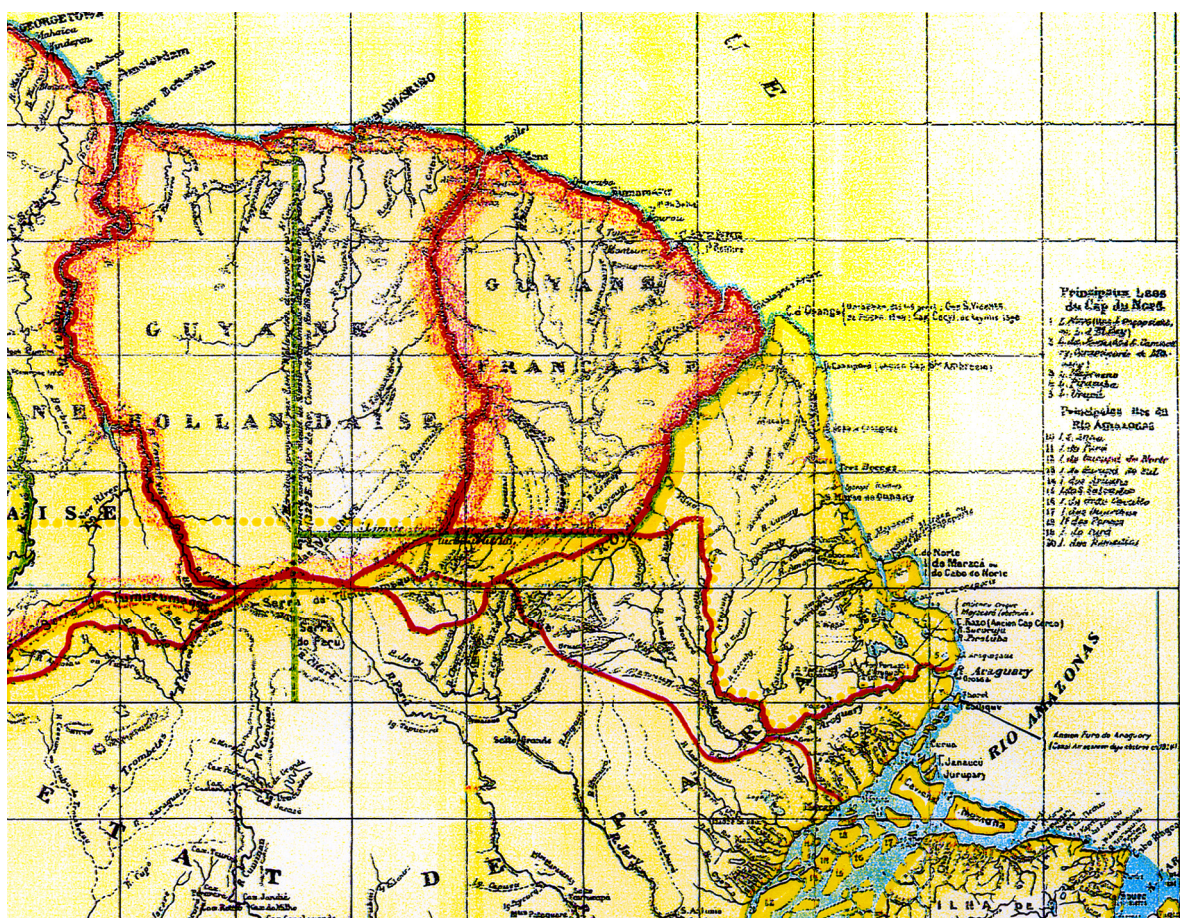
exclusivamente ao comércio, pouco se interessando em estabelecer uma dominação cultural ou religiosa através da conversão das almas do gentio, preceitos do jesuitismo ibérico. Daí o fato do convívio das populações indígenas habitantes do Amapá ter sido mais pacífico com os brancos de Paris, levando-as a manter alianças estratégicas com eles, do que com os conquistadores portugueses, ocupados, além de mercar, em submeter e reduzir o gentio.

O Amapá de outrora, confundia-se com o nome de Terras do Cabo Norte, referência a um território distante e ermo, formado por savanas, manguezais e campos inundados, entre os atuais rios Oiapoque e Araguari. Tratava-se de uma área originalmente nomeada por navegadores espanhóis, alvo dos negócios de franceses, ingleses e holandeses, sob pretensa jurisdição portuguesa contestada pelos franceses, porém povoada por diferentes grupos indígenas em sua maioria aliados destes últimos.

Em 1697 o marquês comandante de Caiena mudou de manobra e partiu chefiando uma esquadra em direção a Santo Antônio de Macapá. Nesse antigo sítio de Macapá, às margens do braço norte do Amazonas, os portugueses haviam erguido, poucos anos antes, uma praça forte. Em 31 de maio desse ano o frágil fortim sucumbiu ao assédio francês. Porém, durou pouco tal vitória, algumas semanas depois, vindo de Belém, um forte destacamento militar português sitiou a praça, escalando a muralha e derrotando os isolados franceses que a guarneciam. Retomada Macapá, o governo colonial luso no Grão-Pará deu-se conta do valor do lema “povoar para não perder”. A vila de Macapá terá construída uma sólida fortaleza com o nome de São José. A partir dessa época, início do XVIII, as incursões francesas ao sul do Oiapoque não alcançarão mais a foz amazônica e a soberania portuguesa sobre o Brasil se afirmará de modo absoluto, pelo menos até a desembocadura do rio Araguari.

Iniciava-se, assim, oficialmente para a história moderna, na passagem do XVII para o XVIII, o conflito armado entre os governos da França e de Portugal e que se estenderia também ao futuro governo brasileiro, pela posse das terras da Guiana Brasileira. Conflito limitado diplomaticamente pelo Tratado de Utrecht, assinado em 1713 e que restringia a ação da soberania de ambos os estados nacionais através do estabelecimento de uma zona neutra, um espaço-tampão no norte do Amapá. Esse confronto alongou-se por mais de duzentos anos, num vai e vem de invasões e escaramuças armadas e diplomáticas entre os países envolvidos. Ao longo de todo esse

tempo, as terras situadas entre os atuais rios Oiapoque e Araguari (para os brasileiros o primeiro seria o de Vicente Pinzón e para os franceses ele seria o segundo³) permaneceram envolvidas em uma disputada relação litigiosa de fronteiras que ficou conhecida como o Contestado franco-brasileiro. Em termos oficiais, o litígio somente acabaria após a pendência jurídica defendida na Suíça entre Paul Vidal de La Blache para a França e o Barão do Rio Branco para o Brasil. Disputa retórica ganha por este último numa decisão definitiva ratificada pelo Tribunal Arbitral de Berna, em dezembro de 1900.



Detalhe de “Región Guyanaise”. Anexo da 1ª Memória apresentada ao governador da Confederação Suíça em Berna (01/04/1899), pelo Barão do Rio Branco. Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro.

Para a população habitante do lugar, contudo, essa disputa lhe era um tanto quanto indiferente. Portugueses, franceses, brasileiros, não eram nacionalidades compartilhadas ou adquiridas pelos negros, *créoles*, caboclos e índios habitantes do território. Podiam manifestar mais simpatia por uns ou outros que lá passavam, mas esse

sentimento inventado de uma identidade nacional, seguramente eles ainda não tinham. O que estava em jogo era apenas o lugar onde se pudesse viver e sobreviver, um lugar onde se construía o espaço real da vida efetivamente vivida, um lugar, porém, também disputado por dois estados nacionais que entendiam esse espaço apenas como mais um recurso a ser desfrutado⁴. No século XIX, o imperialismo da burguesia francesa cobiçou a expansão comercial também nos trópicos americanos, enquanto o Império brasileiro buscou alargar ainda mais seus já extensos fundos territoriais, áreas de reserva para futura exploração⁵. Assim, esse lugar de ninguém, tornou-se novamente um inquieto palco de conflito com o surgimento, quase no ocaso do XIX, de um novo “El Dorado”.

É desse período histórico relativo aos vinte últimos anos desse século, contemporâneo ao surgimento da nova forma política de imperialismo praticado pelas potências capitalistas européias, quando a certeza da existência de ouro na área em estudo atraiu a cobiça de grandes e pequenos empreendedores, de que trataremos aqui neste trabalho. Apesar da pequena repercussão dos acontecimentos e da solução diplomática adotada, Brasil e França quase estiveram à beira de uma guerra imperialista. Um assunto, não se sabe ao certo porque, bem pouco pesquisado e difundido pela historiografia de ambos os países.

O imperialismo do século XIX

Quando nos referimos à nova forma política do imperialismo (“*a expansão é tudo*” frase formulada por Cecil Rhodes que se “*pudesse anexaria os planetas*”⁶), usamos o termo imperialismo no modo originalmente proposto por Hobson em sua obra de 1905 para explicar o fenômeno que se abatia sobre a Europa na virada do XIX para o XX. Termo esse que foi trabalhado e difundido mais amplamente por Hanna Arendt. Assim, procuramos estabelecer desde o início deste trabalho uma clara distinção entre as modernas aventuras imperiais dos países europeus com aquelas protagonizadas na constituição dos primeiros impérios coloniais ibéricos e britânicos ou, de modo ainda mais distante, aquelas formações da antiguidade clássica, cuja referência imediata que nos vem à mente é a do antigo Império Romano.

Para Arendt, a diferença essencial ocorre porque os antigos impérios baseavam-se na conquista territorial, portanto no estabelecimento de sua soberania nas terras conquistadas e na dominação, ou melhor, na submissão dos povos conquistados. No caso da Roma Imperial, por exemplo, a imposição de uma nova lei, a inclusão do sistema do Direito Romano e a obrigação ao exercício da língua oficial do Império, levaram à chamada romanização dos territórios conquistados, uma forma de pacificação forçada, uma paz exercida pela intimidação e garantida pela superioridade bélica. Outro exemplo, a expansão dos impérios coloniais da Espanha e de Portugal nos séculos XVI-XVIII legitimou-se através da perseguição às populações nativas da América e da obrigação de sua conversão religiosa à fé católica. A conquista do território implicava, também, na conseqüente submissão dos povos vencidos e na sua conversão em súditos do novo Império. Portanto, configuram formas imperiais baseadas na relação entre um poder soberano que se atribuiu o objetivo de conquistar e ser o novo mandante do território, ou seja, o objetivo da conseqüente sujeição de seus habitantes nativos na forma de súditos. A tomada da nova terra exercia-se pelo domínio absoluto, através da intimidação física do derrotado e de sua redução à nova identidade do vencedor. Não que essa transferência ocorresse efetivamente na prática, mas ela era uma meta a ser alcançada tanto pela conquista militar como pela religiosa.

O que estava em jogo em fins do século XIX era algo bastante diferente. Como diz Arendt, já não se trata mais de conquista e sim de expansão. Essa diferença de palavras, não tão sutil, fez com que muitos analistas políticos não compreendessem o novo caráter do imperialismo do século XIX-XX⁷. A diferença essencial é a de que essa expansão não ocorreu como uma ação de guerra empreendida pelo Estado. Tratou-se de uma expansão, além das fronteiras da nação, do desejo incessante de acúmulo de riqueza e poder de uma nova classe social economicamente dominante há pouco menos de um século, mas ainda ausente de forma plena do exercício da política: a burguesia. Diga-se de passagem, ausente por opção própria. Até porque seus objetivos não comportavam a política entendida como uma manifestação coletiva do exercício dos cidadãos pela gestão dos negócios do Estado, ou da *res pública*, esse fracassado caráter iluminista com que se tentou o re-fundamento da política direta da antiguidade clássica numa moderna versão representativa dela. Como se fosse possível se manter no exercício da vida política – a *bios* grega – a idéia de que alguém empossado de direito

pudesse re-apresentar interesses que são exclusivos de cada indivíduo, ou cidadão, e, portanto, somente apresentáveis por ele próprio. Seus objetivos primários de vida, os da burguesia, não têm como origem a defesa da cidadania, do estado, portanto, não são movidos por alguma fórmula mista de patriotismo com nacionalismo. Os objetivos da burguesia são de âmbito particular, não visam o conjunto da cidadania, são acúmulos de riquezas individuais, familiares, ou, no máximo, relativos à sua companhia limitada de sócios. Remetem às antigas comunidades calvinistas e puritanas, nas quais o acúmulo ilimitado era uma missão divina, a essência da própria existência. Portanto, a expansão burguesa dos séculos XIX-XX em direção a territórios distantes daqueles de seus estados nacionais de origem foi caracterizada basicamente pelo afã do lucro individual ou da sociedade empresarial da qual faziam parte.

A ponte entre a burguesia e o estado nacional que começa a se estabelecer na década de 1880, mais precisamente a partir de 1884, como demarca Hobson, ocorre justamente porque a nova empresa capitalista em terras distantes ia além da troca comercial característica dos jogos de troca dos séculos precedentes. Agora, a empreitada visava uma exploração de recursos minerais e naturais que implicava na instalação de propriedades e no estabelecimento de plantas industriais em terras já habitadas e controladas por mandantes de estados ainda fora do modelo da economia capitalista, seja parcial ou totalmente. Assim, essas empresas não poderiam ser realizadas sem a demanda, também, do apóio logístico do país, ou do consórcio de países, à qual estavam vinculadas. Ou seja, tanto pelo financiamento público, empréstimos necessários para uma prospecção inicial dos negócios possíveis, quanto, num segundo momento, no envio e acompanhamento de uma força militar persuasiva para a manutenção dos contratos firmados. Daí a necessidade de a burguesia recorrer ao estado nacional para a continuidade de sua avidez expansionista, fato que anteriormente, dentro de seu próprio território de origem, na fase liberal do capitalismo, ela havia radicalmente rejeitado. A existência de um governo neocolonial europeu, paralelamente ou acima do governo local, nessas áreas de exploração, não implicou na transformação da forma de governabilidade autóctone existente, geralmente baseada no regime de clientela.

Portanto, não houve espaço nessa nova expansão territorial para a antiga, e agora paradoxal, possibilidade de tentar submeter novas populações coloniais ao regime disciplinar de organização social do capitalismo, ou seja, transformar tradicionais

colonos nativos em súditos modernos de potências européias. Em linhas gerais, ao contrário de seu rival britânico, essa talvez tenha sido a grande incongruência praticada pela política imperialista francesa na Ásia e na África durante o século XX: a tentativa de formar novos súditos. Segundo Poincaré, em 1923 a França “*não é um país de 40 milhões; é um país de 100 milhões*”⁸. Essa política imperial francesa mostrou-se irreal e insustentável ocasionando as lutas de libertação nacional após a II Guerra, decorrentes do processo de reconfiguração geopolítica planetário. Daí que esse novo modelo de expansão somente passa a ter sentido na lógica da expansão pela expansão, do comércio pelo comércio, pelo lucro apenas, que é a prática que efetivamente interessou à grande burguesia internacional. O que essa nova forma de imperialismo necessitava para seu funcionamento era exclusivamente o estabelecimento de um sistema de mediação com os potentados locais. No caso da América francesa, os velhos *criollos* locais, ou os *créoles* na Guiana, tornam-se um pequeno grupo de burgueses arrivistas confundindo-se com o próprio governo local, cujo objetivo era o de intermediar, como é a característica quase que exclusiva das relações entre o capital e o estado nas colônias, os negócios e os interesses comerciais da burguesia metropolitana.

Os “deserdados” da civilização.

Desde a assinatura do Tratado de Utrecht, em 1713, essa região tida como litigiosa recebeu pouca atenção de ambos os países reclamantes. No caso do Império brasileiro, durante quase todo o século XIX, as terras além Araguari se tornaram refúgio seguro para os escravos fugitivos das fazendas do Grão-Pará. Além disso, por ocasião da revolta da Cabanagem (1835), um bom número de cabanos recorreu ao território contestado, para eles território livre, como esconderijo contra a reação imperial, instalando-se em vilarejos ribeirinhos, alguns deles quilombos já consolidados⁹. Outro grupo de refugiados de que temos notícia alcançou Caiena e foi recebido pelo governo colonial entre 24 de maio e 24 de dezembro de 1835. Segundo a certidão assinada pelo chefe do escritório central do Interior, Lessily e pelo comissário ultramarino da colônia, Carbonel, desembarcaram nesse período no porto francês 86 brasileiros livres (50 homens, com suas mulheres e crianças) trazendo consigo 50 escravos e muitos

pertences. O grupo de refugiados era bastante heterogêneo, incluindo agricultores, carpinteiros, comerciantes, funcionários públicos e até um médico. Desde então, a Guiana Francesa e a área litigiosa se tornaram um caminho de liberdade para fugitivos e revoltosos e, particularmente, a partir de 1848, data do fim da escravidão na França, meta de escravos fujões brasileiros¹⁰. Porém, nem o governo francês, muito menos o brasileiro, incentivou qualquer tipo de exploração, povoamento ou ocupação oficial do território contestado, pelo menos até a década de 1880. O rio Oiapoque sempre foi tido como o último limite da ocupação territorial tricolor, bem como o rio Araguari a última fronteira verde-amarela.

A mudança de estratégia francesa em relação ao povoamento da Guiana, e que por extensão se refletirá na região do Oiapoque e do Contestado, somente passará a ocorrer como resultado reacionário da afirmação burguesa enquanto poder político após sua vitória na revolução francesa de 1848. Durante o período do Segundo Império na França, como estratégia de povoamento após o fim da escravidão, teve início um contínuo processo de envio de condenados a trabalhos forçados para diversos estabelecimentos penitenciários construídos nas colônias. O primeiro grupo de condenados deixou o porto de Brest em direção a Caiena em maio de 1852. Dois anos depois, em projeto datado de 03/05/1854, o Senado francês propôs a criação de uma Guiana Francesa do Sul, reclamando para o país uma extensa região desde as escarpas do Tumucumaque até a margem esquerda do rio Amazonas. Estendia-se, assim, a área litigiosa costeira do Cabo Norte em direção ao interior amazônico. Na esteira de seu tio mais famoso, Napoleão III atendeu os interesses burgueses da expansão comercial em direção a possessões ultramarinas, renunciando a futura corrida imperialista que se desenrolará de forma bastante violenta nos continentes africano e asiático. Aqui, na América do Sul, o crescente poderio econômico e militar dos Estados Unidos intimidou a ocupação francesa na região amazônica. Mas, do ponto de vista estratégico, à diferença de outros lugares já habitados por civilizações com características mais similares à européia, na Amazônia, a ocupação territorial e o povoamento do homem branco somente poderiam ocorrer de forma forçada.

E foi assim que a região do rio Oiapoque também recebeu os seus campos de trabalhos forçados e presídios: um na vila de Saint-Georges, pouco antes dos saltos que impedem a navegação fluvial rio acima, e outro na entrada da baía, em Montagne

D'Argent. Ambos os lugares considerados dos mais inóspitos da Guiana. Em uma carta enviada pelo soldado da Marinha Philippe Fournier durante o período em que esteve efetivo na Guiana entre 1853 e 1858, ele referiu-se ao lugar como sendo a *montanha da morte*, numa alusão ao sofrimento de todo o seu destacamento acometido de febres ardentes¹¹. A fama do Oiapoque sempre foi a de ser a região mais insalubre das Guianas, conhecida como cemitério do homem branco. Sobre esse assunto, em relação à penitenciária de St-Georges, o lieu-tenant Candrelier, da Infantaria da Marinha, no ano de 1883 já alertava para a dificuldade de radicar uma população de origem francesa nesse lugar:

“Será necessário enviar para esse estabelecimento somente os condenados negros, ou árabes, só eles capazes de resistir algum tempo ao clima perigoso dessa região. Resumindo, a região do Oiapock é um lugar insalubre no que o assentamento completo é um pouco impossível à causa de savanas alagadas do território contestado. O europeu não lhe pode viver.”¹¹

De todo modo, a existência desse novo grupo de pessoas condenadas a passar o resto de suas vidas na colônia, trouxe consigo o desejo de uma outra liberdade. Diferente daquela buscada pelos escravos fujões brasileiros em direção à Caiena, na segunda metade do XIX iniciou-se um movimento de fugitivos condenados em direção região contestada. Após a ratificação do Tratado de Berna, em dezembro do ano de 1900, o secretário de governo do Estado do Pará, em visita à região recém incorporada ao território nacional, comentou que “*não raro encontra-se nas ruas de Calsoene criminosos de morte: os crimes aí cometidos estão impunes; a vida do cidadão não é garantida*¹².” Nessa ocasião, já havia sido desativada a penitenciária de Saint-Georges e o campo de trabalhos forçados próximo, lugar difícil para ser controlado, resultando em inúmeras fugas em direção ao Brasil. Além disso, havia a questão da insalubridade da região, que por mais que pudesse ser hiper-dimensionada pela propaganda contrária, afugentava os funcionários franceses.

As missões “científicas” de exploração.

Pouco antes do início da aventura imperialista francesa propriamente dita, no último quartel do século XIX, um explorador pioneiro merece destaque nas expedições

geográficas empreendidas em direção ao que chamamos de Guiana Brasileira: Jules Crevaux¹³. Esse obstinado francês pode ser considerado um apaixonado explorador de lugares distantes tidos como exóticos. Formado em Medicina Naval, a partir de seus 30 anos de idade pôs-se a procurar a Serra de Tumucumaque. Essa cadeia de montanhas mítica, nunca antes alcançada, seria o último braço distante dos Andes grafado nas cartas amazônicas com esse nome. A ciência geográfica do século XIX pretendia substituir os antigos lugares lendários dos viajantes, como, por exemplo, o “El Dorado”, pela verdadeira descoberta do relevo através da observação objetiva. Muitos exploradores perseguiram as escarpas de Tumucumaque, imaginadas portentosas, como sendo o lugar real daquela antiga lenda. O médico francês foi o primeiro a atravessar aquelas montanhas e, para sua decepção, encontrou somente um conjunto de montes e colinas raramente ultrapassando os 500 metros de altura que imaginou serem o pé de monte andino. Nem um brilho de ouro. O relato de sua viagem e a fantasiosa invenção de um mito moderno encontra-se em *Le mendiant de l'Eldorado: De Cayenne aux Andes (1876-79)*. Para realizar seu objetivo, contou com a ajuda de Apatou, um negro marrão da tribo *Boni*, seu fiel amigo e seguidor. Estabelecia-se, assim, uma ponte comum entre um nativo detentor de um saber local com o cientista viajante. Crevaux foi também um dos pioneiros na subida do curso do rio Oiapoque, identificando afluentes, saltos e igarapés. Fez parte de uma geração de românticos e utópicos viajantes modernos tendo morrido aos 35 anos de idade num confronto com os índios *Tobas*, em outra viagem de exploração, esta no Chaco paraguaio, sem ter a certeza de que as montanhas por onde passou seriam realmente as Tumucumaque.

O outro grande explorador dessa região, Henri Coudreau, além de ter objetivos semelhantes aos de Jules Crevaux – alcançou a mesma cadeia quinze anos após – manteve, também, em semelhança ao médico, o destino da morte prematura. Faleceu aos quarenta anos de idade, vítima de febres palustres. Coudreau fez parte de uma estirpe de geógrafos viajantes, profissionais a serviço dos interesses de seus governos. Sua obra foi prefaciada pelo Barão de Santa-Anna Nery, explorador e viajante brasileiro que lhe tinha grande admiração¹⁴. Coudreau também chegou àquelas mesmas montanhas com o auxílio dos índios *Oiampi*, profundos conhecedores do lugar, de sua cobertura vegetal e de seus recursos naturais. Mediu distâncias e altitudes, fez a primeira medição topográfica sobre o Tumucumaque num estudo que contribuiria para

o estabelecimento dos marcos franceses naquela zona de fronteira. A partir da década de 1960, fotografias aéreas e estudos cartográficos mais detalhados realizados por Jean Hurault, provaram que essas demarcações foram invenções absurdas¹⁵. Muito provavelmente, Coudreau talvez nem tenha alcançado de fato seus cumes, afinal o que mais importava era provar a supremacia da técnica e da vontade francesa no lugar. Para muitos, especialmente para a burguesia *créole* de Caiena, como sugere a troca de correspondências entre Coudreau e o Ministério das Colônias entre os anos de 1883 e 1884, até prova em contrário, o geógrafo explorador não passava de um aventureiro de pouca credibilidade¹⁶. Em parte isso se devia ao ressentimento que um jovem explorador de vinte e quatro anos de idade reclamando divisas da República para uma grande empreitada civil provocou na burguesia local.

O seu antecessor, Crevaux, como médico da Marinha, viajava em missões de exploração geográfica de caráter militar. Agora, Coudreau veio inaugurar um novo modelo francês de exploração territorial na América do Sul. Sob o governo de Jules Ferry - incentivador das ciências e da expansão comercial da burguesia metropolitana – o jovem geógrafo encontrou respaldo para uma missão de exploração das riquezas territoriais que se tornaria, ao mesmo tempo, uma missão política no sentido do interesse nacional da razão do estado e uma empreitada comercial. Uma missão inauguradora de uma nova era de exploração econômica no Contestado.

Durante quase toda a sua vida adulta morou na Guiana Francesa. Em 1880, aos vinte e um anos de idade, Coudreau assumiu um posto de professor de Geografia no liceu de Caiena. Foi através desse posto, que ele conseguiu apoio do Subsecretariado de Estado nas Colônias para realizar sua primeira missão de exploração ao longo da costa que o levará de Caiena ao rio Amazonas¹⁷. No retorno dessa missão lançou sua principal obra, cujo segundo volume, denominado *Voyages à travers les Guyanes et l'Amazonie (1887)*, foi o principal livro usado por Vidal de la Blache para compor a defesa francesa no Tribunal Arbitral em Berna; livro, também, repetidas vezes lido pelo Barão do Rio Branco. Mas, vejamos como se desenrolou essa empreitada e os sucessos que acirraram o litígio entre franceses e brasileiros no território contestado.

Para a Câmara de Comércio de Caiena, a posse do território contestado, cujo acesso legal encontrava-se bloqueado pela política externa do Império de D. Pedro II, era vital para a viabilização econômica da Guiana. Assim, o pedido de 15.000

francos feito por Coudreau, em março de 1884, para empreender a exploração da região do Contestado foi rapidamente endossado pelo governador Chessé com elogios rasgados ao patriotismo da missão¹⁸. Num primeiro momento a burguesia *créole*, apesar de sua desconfiança em relação ao jovem professor, por uma questão de necessidade avaliza a missão de Coudreau. Contudo, com o passar dos anos e dos sucessos ocorridos, o interesse comercial que o geógrafo constituiu junto à grande burguesia metropolitana, em detrimento da pequena burguesia colonial, tornou-se claro, o que provocará reações locais agressivas em relação ao seu trabalho¹⁹.

Não por acaso, o primeiro pedido de apóio a uma missão comercial ao Contestado se deu em 1884, ano tido por Hobson como o marco para o início do imperialismo burguês da era contemporânea. Estamos num momento da história mundial, a segunda metade do século XIX, quando o forte nacionalismo presente na constituição dos modernos estados europeus começa a esbarrar na ascensão econômica de uma burguesia arrivista e gananciosa e sua busca desenfreada pelo lucro, característica do novo capitalismo que se desamarrará dos princípios originais do liberalismo econômico. No jogo da grande economia internacional, o nacionalismo torna-se mera figura de retórica usada para o convencimento do poder público no apoio a uma empresa comercial qualquer. Neste caso, o potentado local de Caiena ainda apela para um pretenso patriotismo ultramarino francês existente na colônia como estratégia de convencimento. Se na Europa de fins do XIX, a questão nacional e a rivalidade entre as potências ainda era um discurso recorrente e sério, será nas colônias onde o nascente imperialismo deixará suas marcas mais evidentes. Nas colônias, a disciplina para a cidadania e a sustentação cívica do caráter patriótico de defesa do estado nação apresenta características menos rigorosas, distantes das velhas rivalidades européias. Nesse quinhão, a avidez pelo lucro, inerente ao espírito capitalista, adquire contornos de missão, de fim em si mesmo. Na ausência do espírito público da cidadania vigiada, aquela quimérica transparência do Estado reclamada por Rousseau, os aventureiros burgueses nos territórios coloniais sentem-se livres para agirem conforme o delírio de seus sentidos e pulsões, com a ferocidade da cobiça material que lhes é peculiar. Na França Equinocial não foi diferente.

Assim, sustentado por vultosos recursos do governo da França para fazer esse mapeamento preciso de toda a região (recebeu uma alocação mensal de 3.000

francos entre os anos de 1885 e 1893), Coudreau também estabeleceu por lá uma empresa comercial²⁰. O geógrafo fixa residência na área litigiosa do Amapá, na vila de Cunani, porto fluvial mais setentrional próximo ao Oiapoque. Haveria na conduta pessoal de Coudreau, embora trabalhando a serviço do governo da França e do proveito próprio da exploração comercial adjacente, uma relação de contato com as gentes nativas da terra, estabelecendo para sua missão exploratória aquilo que muito tempo depois Michel Foucault viria a chamar de acoplamento das memórias e saberes locais à ciência²¹. O geógrafo admira, por exemplo, a capacidade de mistura e relacionamento do que ele entende por Brasil civilizado com os povos indígenas e vê residir nisso o grande valor do país. Para ele,

O Brasil é devedor a seu contato permanente de sua civilização com os indígenas pela intermediação dos diretores dos Índios, pelos excelentes trabalhos lingüísticos, antropológicos e etnográficos, os quais nós não temos certamente junto à Guyane Française; e de roteiros (relatórios de viagens, itinerários extremamente preciosos). As obras de Couto de Magalhães, Gonçalves Dias, Batista Caetano, Severiano da Fonseca, não existem equivalentes entre nós²².

Os elogios ao trânsito estabelecido no Brasil entre as diferentes classes sociais, grupos étnicos e níveis culturais, todavia, não o impediram de defender o território litigioso para a França, ou, melhor ainda, defender a constituição de um outro país. Acreditava que um dia, e esse dia estaria próximo, a Amazônia formaria um Estado independente do Brasil. Julgava o desprezo dos poucos funcionários de Cunani pela política do Estado, como o começo da liberdade e previa que o Cunani independente seria uma das escolas de aplicação do socialismo futuro²³. A avaliação feita por Coudreau era a de que a Amazônia, com a vitalidade econômica apresentada nesse fim de século XIX, seria o lugar privilegiado para a realização dos interesses franceses na constituição de uma nova sociedade. A Amazônia sim, ao contrário das colônias francesas na África e na Ásia, seria o Novo Mundo a ser ocupado e desenvolvido. Como provas de sua hipótese mostrava a pujança da vila de Belém, com sua balança comercial carregada de importações, principalmente de produto ingleses, norte-americanos e, em menor grau, franceses²⁴. Incomodava-lhe o fato de que eram da Inglaterra e não da França os capitais investidos em associação com os empresários portugueses radicados em Belém para a exploração das rotas náuticas entre essa cidade e Caiena, consórcios que detinham o controle da maior companhia de navegação

amazônica. Assim, em sua avaliação, toda a bacia amazônica e mais especificamente sua embocadura, se mostravam como os lugares estratégicos para os novos investimentos do nascente imperialismo neocolonial europeu. E a França não poderia deixar de lutar pela sua parte, seja através da efetiva colonização de seu território ultramarino, seja através do incentivo à formação de uma república independente e economicamente ligada ao capital de origem francesa²⁵.

Ao fazer o elogio da civilização nativa à maneira do *bon sauvage* de Rousseau e de se vangloriar do contato privilegiado com os habitantes locais, Coudreau raciocinava como um homem de seu tempo. Produto do etnocentrismo europeu da segunda metade do século XIX agregado às pitadas de romantismo sobre a relação homem natureza, que levaram alguns de seus conterrâneos, como Paul Gauguin, a desenvolverem a arte do primitivismo, ou melhor, de re-significarem à luz da modernidade as expressões artísticas encontradas nas colônias, manifestações de um saber criativo e adequado ao modo de vida nativo. Aparentemente, Coudreau mantinha uma relação de admiração com os elementos de origem indígena da colônia, apesar de manter um estranhamento atávico com os descendentes *créoles*. Eurípides Funes mostra a existência de um elevado prejuízo entre os Coudreau (Henri e sua esposa Octavie) em relação aos mocambeiros, os negros que, talvez, eles julgassem serem estrangeiros no ambiente autóctone da Amazônia. Podemos, assim, desconstruir algumas imagens produzidas sobre os Coudreau, idealizações criadas a partir dos livros escritos por eles, e suspeitar da existência de um sentimento de inveja dos geógrafos em relação aos negros que eram utilizados como navegadores e informantes para a realização de seus estudos²⁶. Portanto, ao fim das contas, o que se observa é a extrema semelhança entre a missão científica e a missão comercial, ambas exploradoras, tanto do saber do nativo como de seu trabalho braçal.

A aprovação da missão exploratória de Coudreau com a obtenção de um financiamento governamental provocou, depois de um longo intervalo de distensão, um estranhamento diplomático entre Brasil e França. De Paris, o Barão de Itajubá, em carta enviada ao Ministério das Relações Exteriores, alertou quanto à veracidade do propósito científico da missão de Coudreau ao Contestado. O geógrafo teria dito aos brasileiros da vila de Amapá que o rio Oiapoque e o Cunani já pertenceriam à Guiana Francesa e para que todos “*aderissem à causa da França porque o governo da Guiana Francesa*

*colocaria à disposição uma linha de vapor subvencionada de Caiena a Pará com escalas em Amapá, no rio Araguari, Apurema e Macapá*²⁷.” Com a pergunta “*Coudreau agente secreto?*” Sébastien Benoit, de certa forma, ironiza, na biografia que construiu sobre o geógrafo, a reação diplomática brasileira e o posicionamento da burguesia *créole* em relação a esse primeiro entrevero. No estado do Pará, o boato foi tido como afronta à soberania brasileira e à neutralidade da área contestada e não tardou a causar represálias. Em 11 de abril de 1884, um bando armado de brasileiros com revólveres e fuzis, liderado por Benedito Castro, chegou ao Cunani bebendo o *táfia*, o rum local, e obrigou os capitães do lugar, Raymond e Trajano, simpatizantes das autoridades de Caiena, a descerem o pavilhão francês. Segundo os denunciantes, eles teriam sido induzidos por um agente comercial de Belém do Pará, de nome Vasconcellos²⁸.

Contemporaneamente a Coudreau, nesse mesmo ano de 1884, o engenheiro J. F. Guigues vai à Guiana com o objetivo de convencer as autoridades locais para a montagem de uma grande missão exploratória das riquezas naturais do Contestado. Guigues estava convicto da existência de depósitos auríferos no norte do Amapá e do valor da exploração comercial dessa região, rica em minérios, fosfatos e madeira. Segundo Guigues, por ser uma área neutra conforme a Convenção de 1862, a empreitada particular desvinculada do interesse de Estado seria juridicamente legítima. Na avaliação do empreendedor, os cinco núcleos habitacionais montados nas beiras dos rios de mesmo nome, Amapá, Cunani, Cassiporé, Curupi e Uaçá, estariam propensos a servirem de apoio à empreitada. Todos esses núcleos haviam sido originados pelo estabelecimento de negros fugitivos da escravidão no Brasil, vivendo em regime de comunidade, com organização autônoma, tendo apenas um capitão, que seria uma figura de retórica servindo, somente, como mediador dos interesses da população local junto aos visitantes²⁹.

Guigues, muito envolvente, convenceu o chefe do Cunani, Benito Trajano, temeroso de novas investidas de grupos armados, a redigir uma carta endereçada ao Governador de Caiena solicitando a criação de um governo independente no Cunani. Enquanto isso, Guigues viajou a Paris em busca de apóio político e financeiro para suas idéias. Convenceu o geógrafo e literato Jules Gros, da Sociedade Francesa de Geografia, a ser o presidente do novo governo e tomar posse do lugar assim

que possível. Aquela carta veio em forma de declaração de independência em outubro de 1886, divulgada em Caiena e em Paris e assinada por Gros e Trajano³⁰. Pouco antes, Jules Gros havia viajado pela Guiana Francesa e visitado as terras inundadas e as savanas do Amapá, de onde escreveu esta avaliação sobre sua população:

Os habitantes dos centros populacionais formam uma raça bem curiosa; eles têm geralmente uma casa na vila e outra isolada, no meio da selva, onde eles moram de preferência. São geralmente escravos fugidos do Brasil, e essa situação explica de uma parte, sua superioridade intelectual relativa, e por outra, a preferência que eles sempre têm demonstrado pela França³¹.

O que talvez fosse um anseio legítimo desse grupo de moradores do Cunani submergiu, contudo, ante uma trama comercial para a concessão da exploração do subsolo do Amapá que já vinha sendo articulada há algum tempo por grandes empresários de Paris e de Londres.

A República do Cunani

A declaração da República da Guiana Independente causou alvoroço em Caiena entre manifestações de apoio e reprovações. O Quay D'Orsay, interpelado pelo governo brasileiro, negou em março de 1887 qualquer ligação com a nova República³². Na divisão administrativa proclamada pelo novo governo o capitão Benito Trajano permaneceu como o chefe da autoridade civil, o Padre Jean Aimé ficou com as incumbências gerais da justiça, da instrução pública e do culto, e Pedro de Souza ficou sendo o juiz de instrução. O novo pavilhão nacional projetado consistia em um pano retangular verde contendo a bandeira tricolor da França dentro dele, uma alusão ao ideal francês na Amazônia. A comunidade de Cunani mostrou-se empolgada com os primeiros atos da “independência”: a prisão e o envio para Caiena do reincidente Antônio Lourenço Palha, acusado da violação de uma criança de sete anos de idade. Para alguns moradores houve o empenho que faltava na organização da justiça, da religião e da polícia no Contestado, que seria um país sem lei, sem respeito da propriedade privada e do indivíduo³³. Por outro lado, na vila de Amapá, mais ao sul, ponto de domínio dos interesses brasileiros, houve enérgica reprovação dos fatos consumados com o envio de um representante a Belém para cobrar uma solução do governo brasileiro.

Em Caiena, junto ao governo local, a declaração de independência não foi levada muito a sério a não ser como uma forma de alerta para as autoridades de ambos os países para a solução de um problema que crescia a cada ano:

Desde algum tempo, as riquezas auríferas do país contestado tentam a avidez de um bom número de aventureiros que durante seus encontros tem cometido toda sorte de excessos. Por outro lado, *liberés* e *transportés* evadidos se refugiaram nessa região a fim de se subtraírem a toda forma de autoridade e se nós não tomarmos conta, em um amanhã próximo, a França e o Brasil se encontraram em frente a dificuldades³⁴.

Começava a se delinear um discurso de soberania e poder de Estado também sobre a região do Contestado, outrora inexistente. A preocupação com a questão da segurança, da propriedade e do controle normativo sobre a vida, algo que pouco importava em uma região sem soberania definida, passou a ser discutido na medida em que se vislumbrava a possibilidade de surgirem empreendimentos capitalistas de grande porte na região. A impossibilidade de uma regulação legal sob controle e intervenção de um estado-nacional, inviabilizaria, de certa forma, uma empreitada capitalista moderna num ambiente de “segurança”. A questão da soberania somente passou a se tornar um problema, ou uma solução, no momento em que a descoberta eminente de riquezas despertou o interesse burocrático pela apropriação do tributo sobre elas.

A notícia da independência do Cunani foi amplamente difundida na França e na Europa por Gros e Guigues como estratégia de obtenção de recursos para a formação do governo que lhes convinha. Um diário oficial para o novo governo foi providenciado. Na primeira edição do *Journal Officiel de la Guyane Independente*, de 28 de agosto de 1887, foi publicada a declaração oficial da independência da nova República que incluiria em seus domínios as vilas do Cunani, do Cassiporé e do Amapá. O programa falava em uma ampla política de colonização através da concessão de terras de no mínimo cinco hectares e a concessão da exploração da indústria e do comércio por um período de três anos. Além disso, previa um Plano de Desenvolvimento Moral, que consistia na liberdade de culto aos indígenas e aos Índios (aqui o geógrafo queria diferenciar os nativos que mantinham maior contato com o mundo ocidental, chamando-os de indígenas, daqueles outros grupos, *Palikur*, *Karipuna* e *Galibi*, que ainda viviam isolados em suas aldeias, denominando-os Índios). Com esse objetivo seriam criadas escolas para os filhos dos futuros colonos e para os filhos dos habitantes locais que aprenderiam também a amar a língua francesa³⁵.

Contudo, menos de um mês depois, Jules Gros se declarou indignado com os seus membros de governo, abdicando da presidência da assim já nascida morta República do Cunani³⁶. Guigues entendia que Gros deveria efetivamente cumprir o papel de presidente e governar o lugar, ser o responsável pelo recebimento dos investimentos financeiros e dos colonizadores da nova República. Gros tinha pouco interesse em deixar seu conforto de Paris e se julgava um chanceler com a missão de captar recursos e fazer negócios para a Guiana Independente. Guigues rompeu com o geógrafo e o denunciou junto ao Ministério das Colônias como antipatriota e golpista, pois teria um projeto ambicioso para reunir capital e se estabelecer com sua família no Cunani. Na prática ambos tomaram posse imaginária de um vasto território e queriam loteá-lo e alugá-lo a empreendedores franceses ou estrangeiros, um negócio amplamente vantajoso. Nessas circunstâncias ninguém queria deixar sua moradia parisiense e os locais de realização dos negócios, principalmente Londres, para montarem residência numa terra de mosquitos³⁷. Mesmo porque, em dezembro desse ano espalhava-se a notícia da confirmação de mais um surto de varíola no Cunani.

No ano de 1888, Jules Gros assinou a concessão do direito exclusivo a dois britânicos, o General Horace Albert Browne e Joseph Grathwohl, de criar e explorar um conjunto de lotes de terrenos da Guiana Independente por um período de 99 anos. A concessão compreenderia as minas de ouro a serem descobertas e a exploração dos caminhos de ferro a serem implantados para a extração do minério, além das florestas³⁸. Na verdade o general era um intermediário do governo britânico junto ao empresário McDonald, já operando em Georgetown junto a uma companhia inglesa de exploração aurífera. Essas operações ensejam a fundação em dezembro de 1888, do “The Guyana Syndicate Limited”, estabelecido em Londres, com o objetivo de conseguir os capitais necessários para a empreitada de exploração da nova república³⁹. Através do sindicato corporativo, bônus e títulos do Cunani seriam lançados no mercado, na Bolsa de Londres, esperando a afluência de capitalistas ingleses ou de outros lugares. Ao final desse plano, o grupo de empreendedores britânicos procurou desfazer-se de Gros e Guigues para administrar por conta própria os negócios na região. Doou para ambos uma quantia de 125.000 francos em ações livres da sociedade inglesa “La Nouvelle Guyane”, que nunca existiu de fato e, portanto, essas ações nunca foram resgatadas⁴⁰.

O interesse anglo-saxão na região remonta pelo menos ao ano de 1884, desde quando essa parte norte do Contestado vinha sendo visitada e povoada por emigrantes *créoles* do Caribe de origem inglesa, das ilhas de Barbados e Santa Lúcia, trabalhadores a serviço de companhias britânicas de exploração mineral. A principal delas, denominada “Anglo French Gold Mind Company”, era especializada na extração de ouro, minérios em geral e da balata⁴¹. Em 24 de março de 1889 havia chegado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em Paris uma denúncia do Sr. Laurecin e do Sr. Goux sobre a mineradora inglesa “The Gold Fields of French Guyane Limited”. Essa concessionária já instalada no alto rio Maroni, fronteira da Guiana Francesa com o Suriname, estaria, também, preparando-se para operar na área do rio Cassiporé⁴². Essa crescente influência do capital anglo-saxão no Contestado, livremente intermediada por burgueses “antipatriotas” provocou, enfim, uma reação nacionalista do governo da França com a interdição do acesso dos senhores Gros e Guigues à Guiana Francesa e ao Cunani, desautorizando oficialmente qualquer tentativa de estabelecimento de um governo livre na região e não reconhecendo o direito de nenhum intermediário sobre aquela área⁴³.

E os moradores do lugar, os otimistas cunanienses, como ficaram nessa história? O republicano Coudreau engrandeceu em suas páginas os trabalhos e os homens do Cunani, enalteceu os escravos do Brasil que, fugidos da casa do patrão, foram ao Cunani em busca de liberdade. E segundo ele, justamente porque não havia governo é que se constituiu ali um governo. Um governo, em sua opinião, diferente, porque nascido do desejo de liberdade de homens oprimidos durante toda sua vida, por isso mesmo, com jóia de viver: “*eles festejariam com vigor todos os dias, se eles pudessem, o presente de sua saída da terra da servidão*”⁴⁴. Para além do sonho de um mundo novo e da festejada liberdade dos escravos oprimidos pelos senhores, houve, sem dúvida, o interesse particular desses novos senhores em seus próprios negócios: Coudreau, Guigues e Gros sempre espreitaram o enriquecimento fácil na selva tropical. Para a imprensa paraense da época, que ridicularizou com caricaturas estampadas nos diários o movimento, os negros escravos teriam servido apenas de joguete naquilo que Vicente Salles chamou de “*grupo de aventureiros franceses insuflando a separação e a independência*”⁴⁵.

Tampouco houve um acordo oficial em relação à nova política de vigilância, mas, pelo conteúdo da documentação, parece que ela seguiu adiante de modo informal. Conforme essa política preventiva, o *lieu-tenant* De Tonquieres seguiu em missão de recenseamento no território Contestado⁴⁶. Em seu relatório de viagem descreveu Cunani como um vilarejo formado por casebres e algumas casas melhores, instaladas na beira do rio. A população giraria em torno de 150 habitantes, sendo que 80 residiriam na vila. Segundo o seu olhar etnográfico, o tipo físico predominante era aquele que em Caiena chamavam de “portugueses”: os caboclos escuros resultados da miscigenação do índio com o negro e da mestiçagem entre seus descendentes. O tipo europeu não existia e os negros e *créoles* vindos de Caiena constituíam uma minoria. Para o olhar europeu da época, essas misturas raciais eram muito mal vistas, pois formariam uma espécie de sub-raça, de parias da sociedade, e é dentro dessa visão racial evolutiva de fins do XIX que deve ser entendido o juízo do comandante francês sobre a população brasileira do Contestado⁴⁷.

Na Guiana Francesa raramente os grupos indígenas misturam-se com outros grupos raciais e o elemento predominante é o negro ou o *créole*, o mulato escuro resultado da mistura dos descendentes de africanos com algum tipo europeu. Logo, o caboclo brasileiro denominado de português, representaria um tipo físico remontando ainda à época colonial, quando dos primeiros contatos estabelecidos com os luso-brasileiros chegados em Caiena. Mas, para além dessa observação etnográfica, o juízo de Tonquieres era bastante desfavorável à França.

Somos obrigados a reconhecer que malgrado os esforços do capitão Trajano, que parece devoto da França, além de alguns habitantes que o sustentam, a população é em sua grande maioria brasileira, de coração como de origem; o pavilhão brasileiro tremula em muitas das casas, nós não vimos sequer um pavilhão francês. Eu já havia dito que as missas se fazem em português, que é também a língua usual de todos os habitantes (sem exceção). O capitão Trajano cuja autoridade é fortemente discutida por uma grande parte dos habitantes, é criticado por seus companheiros por sua falta de energia.

Pouco depois, em dezembro do mesmo ano, o Abade Fabre, convidado por Coudreau para acompanhá-lo em sua última missão como geógrafo ao Contestado, escrevendo ao seu reverendo em Caiena, tocou na questão da implantação de uma escola no Cunani. Ao seu olhar, entendia ser importante que a França oferecesse

oportunidades de evolução espiritual, para assim ganhar a população do Contestado a favor da causa francesa. Sua apreciação sobre a população local também não foi das melhores:

A população de origem brasileira é geralmente pouco instruída em matéria de fé e de religião, mas ela gostaria de fazer direito. Counani conta com 300 habitantes é merecedora de um padre e de uma escola e em Mapa a população é pelo menos 4 vezes mais numerosa e dispersa, seriam necessários 2 padres e 2 escolas⁴⁸.

Durante a passagem por essas regiões ermas e desprovidas de paróquias, era comum que os padres em viagem procedessem a batismos, e foi o que fez Fabre. Em 27 dias de viagem ele logrou 96 batismos e oito casamentos, fato que lhe permitiu tal raciocínio: “*essas pessoas ainda que sejam brasileiras de origem são francesas de coração e religião*”, ou pelo menos no nome de registro concedido: João virou Jean, Maria tornou-se Marie, Raimundo – Raymond, e assim por diante. É muito comum encontrar nos livros de registros nas paróquias do lado francês do rio Oiapoque pessoas nascidas no lado brasileiro com o prenome afrancesado⁴⁹. Mas, lendo-se a carta por inteiro, parece haver outra missão em curso além da religiosa. Ele ressalta que a população prefere a independência à serventia a todas as formas de governo, mas tem a certeza de que aceitariam a legislação francesa se fosse feito um bom trabalho. Na condição de clérigo, portanto, atraindo menos suspeitas, Fabre estaria sondando a receptividade dos habitantes brasileiros no rio Calçoene a um possível auxílio do governo da França, sabedor que era de que a febre do ouro na região seria eminente assim que fosse confirmada a descoberta de grandes veios. Por trás dessa avaliação havia o cérebro inteligente de Coudreau e seu declarado interesse na criação de uma região administrativa independente.

Logo, correram boatos de que na região de Uaçá, mais próxima ainda da Guiana Francesa, o governo francês estaria solicitando o cumprimento do serviço militar obrigatório a todos os índios batizados na paróquia de Saint-Georges. Inclusive, os índios nascidos na área do Contestado, o que foi interpretado pelo governo brasileiro no Pará como uma forma de integrar populações da área litigiosa como súditos franceses⁵⁰. Os caboclos e índios *Galibi*, habitantes ribeirinhos do rio Uaçá, sob liderança do capitão Régis, seguiam para a Guiana, onde mantinham relações preferenciais, em busca de assistência médica, sempre que a necessitavam. Boa parte

dessa população *Galibi*, ao contrário de outras etnias indígenas, por exemplo, os *Palikur*, já se encontravam cristianizadas e batizadas na paróquia de Oyapock. Posteriormente, durante o início do século XX, a maior parte dos índios *Galibi* se transferiu para a margem francesa do rio Oiapoque. Os jornais de Belém publicaram essa notícia, fantasiosa segundo Caiena, que gerou mal estar com a missão consular brasileira naquela cidade. Aparentemente fazia parte desse jogo diplomático de cada qual tentando trazer a população local para a causa de seus respectivos países.

De sua parte, o governo brasileiro, como que para mostrar que não havia abandonado a área em disputa montou uma expedição científica dirigida por Mr. Cruls, do Observatório Imperial do Rio de Janeiro, para a observação de um eclipse solar na desembocadura do rio Oiapoque, fato que ocorreria em 16 de dezembro de 1889⁵¹. A missão, que permaneceu um tanto quanto eclipsada nos documentos do Itamaraty, aproveitaria também para ver as condições de exploração da balata vermelha no território Contestado. Este seria apenas o início de uma investida mais incisiva, pelo menos no nível do discurso, sobre a região do Amapá. O Império brasileiro acabara, mas foi com a chegada da República, que se pode dizer houve o início de um verdadeiro imperialismo brasileiro. O Observatório Nacional ganhou incumbências técnicas em seu período republicano auxiliando os trabalhos de demarcação de fronteiras litigiosas, principalmente na disputa posterior com a Bolívia. A idéia da grande federação brasileira retomava força, pelo menos no papel. O decreto federal 164, de janeiro de 1890, que dispõe sobre a “Colonização da Guyana Brasileira”, mostrava-se bastante claro ao considerar:

A urgente necessidade de povoamento das nossas fronteiras, especialmente amazônica, ainda em grande parte contestada por governos europeus, e até hoje totalmente indefesa. Deve ser empenho do governo da República aproveitar para o cultivo efetivo do solo brasileiro, a exploração de seus produtos naturais e do proletariado agrícola nacional, em sua grande maioria, sem meios de empregar com melhor proveito próprio e público a atividade com que tem até aqui provido a fortuna pública e a riqueza do Estado. Deliberou o governo fundar colônias nacionais no território da Guyana Brasileira, mediante os favores pelo mesmo decreto especificados. Organizada a comissão incumbida de explorar o território e de lançar os fundamentos do primeiro núcleo, um centro colonial nas margens do rio Araguay, junto da colônia militar D. Pedro II⁵².

Apresenta-se no texto acima a necessidade da colonização da fronteira, entendida aqui não mais como o lugar limite do território nacional. A conquista de fato

de um território que de direito já pertenceria ao Estado, porém ainda se encontraria desabitado pela “civilização”. A colonização continuava confundindo-se com a missão civilizadora, já não somente a européia, mas naquele momento, aquela irradiada a partir do centro-sul do país. O povoamento, através das colônias agrícolas, seria feito com uma população nacional sem terra, agricultores retirantes sertanejos vítimas das prolongadas secas no Ceará e outros estados do nordeste. Uma população que, embora sem terra e desprovida de recursos, em tese, já estaria disciplinada segundo os moldes da civilização moderna, fato que os caboclos ribeirinhos amazônicos definitivamente ainda não estariam. Pelo menos, segundo o olhar dos médicos sanitaristas da época, como o do Dr. Samuel Uchoa, reproduzidos nos boletins sanitários sobre a Amazônia⁵³. Uma população legitimamente brasileira para ocupar o seu território de direito, ainda em mãos de nações indígenas não civilizadas, e de repente, ainda mais, ameaçada pela cobiça do estrangeiro. O que se apresentava na outra margem do centro colonial fundado no rio Araguari era um imenso conjunto de terras litigiosas onde o exercício do poder soberano sobre o território realizava-se de modo indireto, ora com o predomínio do interesse do estado francês, ora do brasileiro.

Comentários finais

Para entender a forma como se deu o processo de ocupação territorial nessa área litigiosa de fronteira nacional, parece-nos fundamental entender as diferentes estratégias adotadas por ambos os países, Brasil e França, e por suas respectivas burguesias em relação às práticas imperialistas do século XIX. A burguesia francesa, empreendedora, usou de capitais disponíveis em seu país e em outros, abundantes principalmente na Inglaterra, para dar curso à estratégia de expansão comercial capitalista em áreas fora de domínio político dos modernos estados nacionais. O território contestado, com recursos minerais riquíssimos, sem dono nem lei, permanecia, em tese, abandonado ao lado de uma colônia francesa já existente, atendendo facilmente os objetivos burgueses do *laissez faire*. O que o empreendedor moderno queria era um ambiente onde ele tivesse legalmente garantidos seus direitos de livre comércio, de livre empresa, sem a intervenção do Estado, a não ser, evidentemente, para fazer valer a lei, ou melhor, a garantia da segurança de seus negócios. Portanto, no modelo em que o

capitalismo dos países economicamente mais desenvolvidos se organizou, em torno da questão jurídica, da regulação normativa em todas as instâncias da vida social, que por coincidência são permeadas pelas relações de capital/trabalho, o direito torna-se o instrumento fundamental para o desenvolvimento das forças produtivas. E era esta a grita francesa: pela convenção de 1862, nós temos o direito de circular; pelas leis do mercado, nós temos o direito de empreender; pelas leis da França, nós temos o direito da assistência do Estado à nossa livre iniciativa.

E qual resultado pode ocorrer quando essa mentalidade burguesa encontra uma população submetida à tutela de um estado nacional independente como o brasileiro cuja governabilidade não se caracteriza pelo uso normativo da lei como instrumento regulador das relações sociais, a não ser para aquela pequena parcela da população socialmente incorporada à dimensão maior da cidadania? Na impossibilidade da população brasileira (neste caso dos moradores locais do Amapá e das áreas vizinhas do Pará) competir, com os franceses numa corrida organizada no modo capitalista pelo ouro, ela defendeu a única coisa que para ela valia a pena lutar: a sua terra. Ou, pelo menos, a posse sobre ela, porque nem ao menos a propriedade, juridicamente falando, ela detinha. Mesmo porque, a questão da propriedade em um estado aristocrático como o brasileiro era algo que nem podia nem devia ser motivo de reclamo de seus súditos.

Como bem disse um dos primeiros decretos republicanos “*o proletariado nacional serve para o engrandecimento público e a riqueza dos homens do Estado*”. O povo não é cidadão, é peão. Por isso aparecerá uma clivagem clara entre o discurso falando sobre a liberdade de circulação presente na burguesia francesa empreendedora da mineração, e o discurso dos que chegaram antes, do direito de posse de um povo que se estabeleceu na única terra onde o seu país de nascimento não o enxotou. E agora, chegavam esses estrangeiros causando confusão? Se pensarmos em termos históricos esse é um confronto entre o ideal da burguesia, ou o do mercador, sobre a propriedade como um bem móvel cambiável por outro qualquer, e um ideal do nobre, ou do camponês, sobre a propriedade como um bem imóvel, transferível de geração em geração. Há um conflito filosófico de interpretação sobre a vida e sobre o mundo que antecede o resultado desse desencontro entre civilizações.

E os estados nacionais como se comportaram ante essa disputa? A metrópole francesa, preocupada com seu grande avanço colonial na África, mais

lucrativo e mais próximo, procurou fazer de conta que nada tinha a ver com a história das brigas no Contestado sendo essas atitudes isoladas do governo colonial e de burgueses arrivistas. Já o estado brasileiro continuou adotando uma velha estratégia imperialista que remonta ao período colonial da América portuguesa. Trata-se de uma forma de conquista territorial que de fato não é uma conquista na expressão de uma dominação efetiva sobre o lugar e sobre seus habitantes como o termo conquista enseja. É uma forma de expansão territorial, mas, também não pode ser confundida com a expansão do imperialismo capitalista do século XIX, pois este tinha um claro sentido de exploração comercial do território conquistado.

Com o Brasil não foi bem assim. Dada a pequena capacidade administrativa do estado para gerir um território tão vasto, dado o pequeno contingente populacional já “civilizado” e, dada uma burguesia nacional ainda praticamente inexistente, o sentido da conquista do território brasileiro e de seus imensos sertões continuou sendo concebido como uma criação de “*estoque de espaços de apropriação futura, os lugares de realização da expansão da colônia*”⁵⁴.” E essa característica da expansão colonial portuguesa continuou repetindo-se pelo vasto território nacional afora, seja durante o Império seja com a chegada da República. A estratégia seguiu semelhante. Avança-se em direção aos sertões, primeiro o oeste próximo, depois o centro-oeste, a fronteira amazônica, enfim, os últimos rincões da Amazônia. A marcha para o Oeste, na apologética obra de Cassiano Ricardo, ao contrário da marcha da conquista do faroeste norte-americano, dos colonizadores com suas carroças enfileiradas levando a civilização ocidental para ser radicada nas terras ignotas dos índios, é apenas uma marcha, cujo alcance é bastante passageiro, não traz consigo o desejo de uma erradicação permanente. Esse tipo de áreas de estoque, de reserva, foi muito bem definido por Antonio Robert Moraes como sendo os “fundos territoriais”. A ação do estado brasileiro, desde a independência, teve como “*tarefa fundamental a defesa da soberania sobre os fundos territoriais de seu espaço e por meta sua ocupação*”⁵⁵.” A formação histórica brasileira legitimada pelo discurso oficial da historiografia inauguradora da grandeza da pátria no século XIX foi basicamente geográfica. Definiu-se pela narração em retrospectiva histórica da ampliação e apropriação contínua do território nacional.

¹ Para uma aproximação ao imaginário europeu em relação à Amazônia como um todo e particularmente em relação às Guianas, indico a leitura de UGARTE, Auxiliomar. “Margens míticas: A Amazônia no

imaginário europeu do século XVI.” In Mary DEL PRIORE e Flávio GOMES (org.), *Os senhores dos rios*. Rio de Janeiro, Campus, 2003.

² Cartas de Antônio de Albuquerque reproduzidas em REIS, Arthur. *Limites e demarcações na Amazônia: a fronteira colonial com a Guiana Francesa*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1947, p. 26-31.

³ Sobre esse debate ver ROMANI, Carlo. “O poder de nomear”, *Ameríndia*, n.º. 5, História/UFC, 2008, acesso por www.amerindia/ufc.br

⁴ O debate sobre a construção de uma identidade nacional foi feito a partir do contraponto entre duas categoriais de análise diferentes: a de nomadismo/máquina de guerra e a de Estado/identidade Ver o primeiro capítulo de ROMANI, Carlo. *Clevelândia – Oiapoque. Aqui começa o Brasil! Trânsitos e confinamentos na fronteira com a Guiana Francesa (1900 – 1927)*. Tese de Doutorado. IFCH/UNICAMP, 2003. Uma análise do mesmo tema enfatizando a representação feita pelas populações ocupantes sobre o território foi desenvolvida por CARDOSO, Francinete. “O poder das autoridades e representações sobre o território Contestado Franco-Brasileiro”. In Mauro COELHO e outros (org.), *Meandros da História*. Belém. UNAMAZ, 2005.

⁵ Sobre o expansionismo territorial brasileiro e a criação de áreas de estoque de terras, usamos os conceitos desenvolvidos por MORAES, Antonio Carlos R.. *Território e História no Brasil*. São Paulo. Hucitec, 2002.

⁶ MILLIN, Gertrude. *Rhodes*. Londres, 1933, apud ARENDT, Hanna. *As origens do totalitarismo*, São Paulo. Cia. das Letras, 2006, p. 154.

⁷ Aqui se fez uma generalização das práticas imperialistas dos países europeus que em uma análise mais aprofundada apresentaram diferenças de organização e administração das colônias e do estatuto dado ao habitante da colônia em relação à metrópole. Por exemplo, no caso do imperialismo francês, ele buscou fazer dos habitantes de suas colônias súditos (caso da Argélia, Tunísia, Senegal, entre outros). Essa prática está na origem das causas de grande parte dos problemas sociais da França contemporânea. Assistimos ao paradoxo de franceses, filhos de imigrantes das colônias, que apesar de serem cidadãos por direito, são estigmatizados como sendo franceses de segunda categoria. Uma população jovem, em sua maioria de ascendência africana, integrada à vida pública do país e para a qual se transferiu uma série de prejuízos étnicos e culturais por parte dos franceses de origem européia, prejuízos estes que antes eram dirigidos aos habitantes nativos nas próprias colônias.

⁸ ARENDT, Hanna, *op. cit.*, p. 159.

⁹ Sobre as atividades econômicas no Grão-Pará após a Revolta da Cabanagem, ver LOPES, Siméia. “O reflorescimento da economia no pós-Cabanagem”. In Mauro COELHO (org.) *op. cit.*

¹⁰ Etat nominatif des réfugiés de la province du Pará arrivé à Cayenne. Centre des Archives D’Outre-Mér, Aix en Provence. (CAOM). Sobre as fugas de escravos e cabanos para o território contestado e para Caiena existem alguns trabalhos, por exemplo, o artigo de GOMES, Flávio e QUEIROZ, Jonas. “Em outras margens: Escravidão africana, fronteiras e etnicidade na Amazônia.” In Mary DEL PRIORE e Flávio GOMES (org.), *op.cit.*. Sobre os quilombos no Amapá a bibliografia é mais extensa: GOMES, Flávio. *A Hidra e os pântanos*. São Paulo. Companhia das Letras, 2007; Flávio GOMES (org.). *Nas terras do Cabo Norte*. Belém. NAEA/UFGA, 2000; MAIA NETO, José. *Fugindo sempre fugindo*. Dissertação de Mestrado em História. FFLCH/USP, 2000.

¹¹ Lettre de Philippe Fournier. *Les Cahiers de l’académie de Sauillat*, n.º 2, octobre 1978. Apud, PIERRE, Michel. *Bagnards*. Paris. Autrement, 2000, p. 26.

¹² Carta-ofício do Dr. Egídio Leão Sales ao Governador, 31/12/1900. Arquivo Público do Estado do Pará, APEPA.

¹³ CREVAUX, Jules. *Le mendiant de l’Eldorado: De Cayenne aux Andes (1876-1879)*. Paris. Editions Phebus, 1879; *Voyages dans l’Amérique du Sud*. Paris. Librairie Hachette, 1883. Uma discussão sobre o caráter “científico” das missões geográficas empreendidas nessa região em estudo entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX, pode ser encontrada em ROMANI, Carlo. “Algumas Geografias sobre a fronteira franco-brasileira”. *Ateliê Geográfico*, UFG/IESA, vol. 2 n.º. 3, acesso por www.revistas.ufg.br/index.php/ateliê

¹⁴ Foi Santa-Anna Nery quem prefaciou o volume *Voyages a travers les Guyanes et l’Amazonie*. Um dos três que compõe a edição francesa de COUDREAU, Henri. *La France Équinoxiale*. Paris. Chalanel Ainé, 1887. No prefácio ele relata o encontro com Coudreau numa viagem de barco pelo rio Amazonas em direção a Belém.

¹⁵ HURAUULT, Jean. « Une chaîne de montagnes imaginaires: les Tumuc-Humac. » *Revue française de histoire d’Outre-Mer*, n.º 219, LX, 1973.

¹⁶ SG GUYANE (1) FM 16. Mision de exploration. Carton 45, E10 (28) CAOM.

-
- ¹⁷ BENOIT, Sébastien. *Henri Anatole Coudreau (1859-1899). Dernier explorateur français en Amazonie*. Paris. L'Harmattan, 2000.
- ¹⁸ SG GUYANE (1) FM 16. Mision de exploration. Carton 45, E10 (28) CAOM.
- ¹⁹ *L'Avant-Garde*, n o. 35, Caiena, 05/10/1893.
- ²⁰ BENOIT, Sébastien. *op. cit.*, p. 25-9.
- ²¹ O conceito de genealogia elaborado por Foucault baseia-se na cooperação de um saber técnico-científico com o conhecimento popular, que retomaria ou usaria esses saberes “menores”, ocultos pela ciência moderna, muitas vezes sem o crédito adequado das fontes, como parece ser o caso do casal Coudreau. Ver FOUCAULT, Michel. “A Genealogia do poder”, in *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro. Graal, 1993.
- ²² COUDREAU, Henri. *La France Équinoxiale Vol. II., op. cit.* p. 387-432.
- ²³ *Id. ibid.*
- ²⁴ Belém era o terceiro porto comercial brasileiro, girando, só o capital francês no ano de 1885, 250 milhões de francos investidos na economia da borracha, in FUNES, Eurípides. “Os Coudreau e os mocambeiros do Baixo Amazonas”, Francisco R. RAMOS e Meize L. LUCAS (org.) *Tempo no plural*. Fortaleza, Programa de Pós-Graduação em História, UFC/Realce, 2008.
- ²⁵ Sébastien BENOIT, *op. cit.*, pp. 56-8.
- ²⁶ Quando do encontro entre Octavie Coudreau e Alexandre, o negro “governador” do Pacoval, fica clara a vergonha e o ódio da exploradora, uma vez desmascarado seu fazer científico por um “negro ignorante”, in FUNES, Eurípides, *op. cit.*, p. 210-11.
- ²⁷ SG GUYANE (1) FM 16. Mision de exploration. Carton 45, E10 (28) CAOM.. Carta do Barão de Itajubá, 24/01/1884.
- ²⁸ Republique de Cunani 1884-1889. SG Carton 34 D2 (17), CAOM.
- ²⁹ *Id. ib.* Histórico da Guiana Independente. Proposição ao governo francês. Novembro 1889.
- ³⁰ SG Carton 34 D2 (17). Declaração de 23/10/1886. CAOM.
- ³¹ GROS, Jules. *Les français en Guyane*. Paris. Libraire Picard-Berhein et Cie., 1887, p. 213.
- ³² SG Carton 34 D2 (17). CAOM.
- ³³ SG Carton 34 D2 (17). Carta de 10 de abril de 1887 de Counany. CAOM.
- ³⁴ SG Carton 34 D2 (17). Carta de Caiena de 28/04/1887. CAOM. Os *libérés* são aqueles presos deportados para a Guiana com pena maior do que oito anos, que já tendo cumprido essa pena, são obrigados pelas leis dos *bagné* a permanecer por um período igual ao da pena na Guiana Francesa. Os *transportés* correspondem àquela classe de prisioneiros cuja pena os obriga à reclusão e aos trabalhos forçados.
- ³⁵ *Journal Officiel de la Guyane Independente*, 28/08/1887. SG Carton 34 D2 (17). CAOM.
- ³⁶ *Journal Officiel de la Guyane Independente*, 17/09/1887. SG Carton 34 D2 (18). CAOM.
- ³⁷ Histórico da Guiana Independente. SG Carton 34 D2 (17). CAOM
- ³⁸ Concessões. SG Carton 34 D2 (17). CAOM.
- ³⁹ SG Carton 34 D2 (18). CAOM.
- ⁴⁰ *Id. Ib.*
- ⁴¹ Histórico da Guiana Independente. SG Carton 34 D2 (17). CAOM
- ⁴² Demanda Laurencin et Gouz. SG Carton 34 D2 (19). CAOM
- ⁴³ SG Carton 34 D2 (17). CAOM.
- ⁴⁴ COUDREAU, Henri. *La France Équinoxiale, Voyages atravers les Guyanes et l'Amazonie, op. cit.* p. 387.
- ⁴⁵ SALLES, Vicente. *O negro no Pará*. Rio de Janeiro. FGV, 1971. Sobre a República do Cunani, ver também QUEIRÓZ, Jonas. “História, mito e memória: o Cunani e outras repúblicas.”, in Flávio GOMES (org.), *Nas Terras do Cabo Norte, op. cit.*. Ver também GOMES, Flávio e QUEIROZ, Jonas. “Em outras margens”, *op. cit.*
- ⁴⁶ Viagem do Comandante do l'Oyapock em 21/06/1889. SG Carton 34 D2 (18). CAOM.
- ⁴⁷ Essa questão racial do risco de formação de sub-raças mestiças não é um privilégio de franceses ou europeus. No Brasil, Nina Rodrigues e o Instituto Médico da Bahia, na passagem do XIX para o XX combateram firmemente a mistura racial nas classes inferiores com a idéia de que traria resultados desastrosos para a formação da sociedade brasileira, com a criação, em médio prazo, de uma raça inferior mais fraca. Sobre esse tema ver RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. Rio de Janeiro. Cia. Editora Nacional, 1988; SCHWARCZ, Lila. *O espetáculo das raças*. São Paulo. Cia. das Letras, 2005.
- ⁴⁸ Carta de 26/12/1893. SG Carton 46 E10 (37). CAOM

⁴⁹ Por exemplo, o Archives de la Iglese de Saint-Georges (Oyapock), Guiana Francesa. Consultamos os Livros de batismos entre os 1906-1915 e 1915-1926, e há uma forte incidência de domiciliados na margem brasileira do rio Oiapoque, registrados com o nome em francês.

⁵⁰ SG Carton 38 D2 (46). CAOM.

⁵¹ SG Carton 45 E10 (32). CAOM. Com a proclamação da República, o nome do instituto mudou para Observatório Nacional. Luiz Cruls era o diretor na ocasião. Ver MORIZE, Henrique. *Observatório Astronômico: um século de história (1827-1927)*. Rio de Janeiro. Salamandra, 1987 e RODRIGUES, Teresinha. *Um estudo sobre a institucionalização da astronomia no Brasil*. Tese de Doutorado (PEP-COPPE/UFRJ), 2007.

⁵² “Boletim da Sociedade Central de Imigração”, *Imigração* n.º. 74, dez. 1890.

⁵³ “Costumes amazônicos”, *Boletim Sanitário* ano II, nov./1923, n.º. 4.

⁵⁴ MORAES, Antonio Carlos R. *op. cit.*, p.88.

⁵⁵ *Id*, p. 109.